



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Processo: 1.0000.18.111565-0/002
Relator: Des.(a) Newton Teixeira Carvalho
Relator do Acórdão: Des.(a) Newton Teixeira Carvalho
Data do Julgamento: 25/04/2022
Data da Publicação: 17/05/2022

EMENTA: IRDR. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. ALCANCE DA EXPRESSÃO "DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO", PREVISTA NO ART. 320 DO CPC, DE MODO A PERQUIRIR SE O JUIZ PODE ORDENAR QUE A PARTE JUNTASSE AOS AUTOS CÂPIAS DAS INICIAIS DE OUTRAS AÇÕES, ENVOLVENDO AS MESMAS PARTES, BEM COMO A DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DAS CÂPIAS QUE INSTRUEM A INICIAL, COM O INTUITO DE EVITAR O FRACIONAMENTO DAS DEMANDAS E PERMITIR A VERIFICAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. O juiz não pode determinar a juntada de petições iniciais idênticas para fins de aferição de litispendência, quando a ação dispuser acerca de direito individual disponível, sendo que a formação de litisconsórcio é facultativa. IRDR - Cv Nº 1.0000.18.111565-0/002 - COMARCA DE Varginha - Suscitante: DESEMBARGADOR DA 12ª CÂMARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE - Suscitada: 2ª SEÇÃO CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Interessados: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOJISTAS - CNDL

ACÓRDÃO

Acorda esta 2ª Seção Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em fixar a seguinte tese: O JUIZ NÃO PODE DETERMINAR A JUNTADA DE PETIÇÕES INICIAIS IDÊNTICAS, PARA FINS DE AFERIÇÃO DE LITISPENDÊNCIA, QUANDO A AÇÃO DISPOR ACERCA DE DIREITO INDIVIDUAL DISPONÁVEL, SENDO QUE A FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO É FACULTATIVA.

DES. NEWTON TEIXEIRA CARVALHO
RELATOR

DES. NEWTON TEIXEIRA CARVALHO (RELATOR)

VOTO

Trata-se de IRDR (INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS) admitido pelo Acórdão de ordem nº 27, suscitado, de ofício, pela Desembargadora, Juliana Campos Horta, atinente à análise da expressão "documentos indispensáveis à propositura da ação", prevista no artigo 320, do Código de Processo Civil, de modo a perquirir se o juiz pode ordenar que a parte anexe aos autos cópias das iniciais de outras ações, envolvendo as mesmas partes, bem como a declaração de autenticidade dos documentos que instruem a inicial, com o intuito de evitar o fracionamento das demandas, permitindo a verificação de litispendência.

Sustenta, a douta Desembargadora, a existência de julgados deste Tribunal divergentes quanto a esta matéria de direito, transcrevendo acórdãos pela possibilidade e impossibilidade do juiz determinar a juntada de tais documentos e indeferir a inicial, caso a parte não cumpra tal determinação.

Informações prestadas pela NUGEP, por meio do documento de ordem 04, com os seguintes esclarecimentos:

INFORMAÇÃO

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)

nº: 1.0000.18.111565-0/002

Relator: Exmo. Des. Newton Teixeira Carvalho



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Com o objetivo de instruir os autos supracitados, nos quais se discute: o alcance da expressão "documentos indispensáveis à propositura da ação", prevista no art. 320 do CPC, de modo a perquirir se o juiz pode ordenar que a parte junte aos autos cópias das iniciais de outras ações, envolvendo as mesmas partes, bem como da declaração de autenticidade das cópias que instruem a inicial, informamos os resultados obtidos em pesquisa realizada, em 30/10/2018, no TJMG, STJ e STF.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

No TJMG não foram encontrados IRDR com matéria idêntica e nem mesmo similar à do IRDR supracitado. E, informamos, ainda, que não foram encontrados IAC e súmulas sobre o assunto em questão, nem mesmo em matéria similar.

Superior Tribunal de Justiça

No STJ foi encontrado o seguinte tema afetado em sede de recursos especiais repetitivos em matéria similar:

Tema 629

Tese Firmada: A ausência de conteúdo probatório eficaz a instruir a inicial, conforme determina o art- 283 do CPC, implica a caracterização de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, impondo sua extinção sem o julgamento do mérito (art. 267, IV do CPC) e a consequente possibilidade de o autor intentar novamente a ação (art. 268 do CPC), caso reúna os elementos necessários à tal iniciativa. Não foram encontrados IAC ou SIRDR relacionados à matéria discutida no presente IRDR. Da mesma forma, não há súmulas sobre o assunto.

Supremo Tribunal Federal

No STF não foram encontrados temas afetados em sede de repercussão geral relacionados à matéria discutida no presente IRDR. Da mesma forma, não há súmulas sobre o assunto. Ressalte-se que a pesquisa realizada pelo NUGEP nos sites do STF, STJ ou TJMG restringe-se à existência ou não de recurso especial repetitivo, recurso extraordinário com repercussão geral, temas de IRDR, temas IAC ou súmulas nesses tribunais.

O processamento do Incidente foi admitido pela Egrégia Segunda Seção, em assentada de 18/02/2020.

Determinou-se a suspensão das ações sobre o tema, nos termos do artigo 982, do CPC e que fossem adotadas medidas para a devida publicidade do Incidente.

Parte interessada, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOJISTAS - CNDL apresentou pedido de admissão ao feito como interessada na petição de ordem 12/14, tendo em vista a repercussão em diversas demandas ajuizadas em seu desfavor.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça pela fixação da tese: que o juiz não pode determinar a juntada de petições iniciais idênticas para fins de aferição de litispendência quando a ação dispôr acerca de direito individual disponível, que a formação de litisconsórcio é facultativo.

O BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, ingressou com a petição de ordem 57, impugnando a tese ministerial.

Relatados. Decido.

A tese a ser dirimida no presente IRDR $\tilde{\text{C}}$ " analisar o alcance da express $\tilde{\text{A}}$ o "documentos indispens $\tilde{\text{A}}$ veis $\tilde{\text{A}}$ propositura da a $\tilde{\text{A}}$ o", prevista no art. 320 do CPC, de modo a perquirir se o juiz pode ordenar que a parte junte aos autos c $\tilde{\text{A}}$ pias das iniciais de outras a $\tilde{\text{A}}$ mes, envolvendo as mesmas partes, bem como a declara $\tilde{\text{A}}$ o de autenticidade das c $\tilde{\text{A}}$ pias que instruem a inicial, com o intuito de evitar o fracionamento das demandas e permitir a verifica $\tilde{\text{A}}$ o de litisp $\tilde{\text{e}}$ ncia".

Elucida ser a mat $\tilde{\text{e}}$ ria supracitada objeto de significativa diverg $\tilde{\text{e}}$ ncia entre as C $\tilde{\text{A}}$ maras C $\tilde{\text{A}}$ -veis que comp $\tilde{\text{A}}$ em esta Corte.

Sustenta, a d $\tilde{\text{e}}$ ta Desembargadora, Juliana Campos Horta, a exist $\tilde{\text{e}}$ ncia de julgados deste Tribunal de teses divergentes quanto a esta mat $\tilde{\text{e}}$ ria de direito, transcrevendo ac $\tilde{\text{A}}$ rd $\tilde{\text{A}}$ os pela possibilidade de o juiz determinar a juntada de tais documentos e indeferir a inicial, caso a parte n $\tilde{\text{A}}$ o cumpra tal determina $\tilde{\text{A}}$ o.

Diz o artigo 320, do C $\tilde{\text{A}}$ digo de Processo Civil:

"A peti $\tilde{\text{A}}$ o inicial ser $\tilde{\text{A}}$ instru $\tilde{\text{A}}$ -da com os documentos indispens $\tilde{\text{A}}$ veis a propositura da a $\tilde{\text{A}}$ o"

Dessa forma h $\tilde{\text{A}}$ que se considerar que os documentos indispens $\tilde{\text{A}}$ veis para a propositura da a $\tilde{\text{A}}$ o s $\tilde{\text{A}}$ o aqueles extremamente necess $\tilde{\text{A}}$ rios cuja aus $\tilde{\text{e}}$ ncia impede o julgamento de m $\tilde{\text{A}}$ rito da demanda, melhor dizendo, s $\tilde{\text{A}}$ o os documentos que comprovam os pressupostos processuais, que sem eles a demanda n $\tilde{\text{A}}$ o deve sequer ser conhecida, sendo absoluto n $\tilde{\text{A}}$ o podendo haver relativiza $\tilde{\text{A}}$ o.

Acerca do tema, o C $\tilde{\text{A}}$ digo de Processo Civil prev $\tilde{\text{A}}$ que o n $\tilde{\text{A}}$ o cumprimento de determina $\tilde{\text{A}}$ o de emenda para apresenta $\tilde{\text{A}}$ o de documento essencial ao julgamento da causa autoriza o indeferimento da inicial, consoante o disposto no artigo 320 e 321 do CPC, notadamente se h $\tilde{\text{A}}$ reitera $\tilde{\text{A}}$ o injustificada da in $\tilde{\text{A}}$ rcia da parte autora no curso do processo.

Para que seja recebida n $\tilde{\text{A}}$ o basta que a peti $\tilde{\text{A}}$ o inicial atenta aos requisitos intr $\tilde{\text{A}}$ -secos trazidos pelo artigo 319, CPC. Faz-se necess $\tilde{\text{A}}$ rio, ainda, que esteja necessariamente acompanhada de documentos reputados indispens $\tilde{\text{A}}$ veis.

Os documentos indispens $\tilde{\text{A}}$ veis $\tilde{\text{A}}$ propositura da a $\tilde{\text{A}}$ o, e que devem ser instru $\tilde{\text{A}}$ -dos com a inicial, s $\tilde{\text{A}}$ o aqueles que comprovam a ocorr $\tilde{\text{e}}$ ncia da causa de pedir (documentos fundamentais) e, em casos espec $\tilde{\text{A}}$ -ficos, os que a pr $\tilde{\text{A}}$ pria lei exige como da subst $\tilde{\text{A}}$ ncia do ato que est $\tilde{\text{A}}$ sendo levado $\tilde{\text{A}}$ aprecia $\tilde{\text{A}}$ o (documentos substanciais).

Como bem salientado pelo proficiente membro do Minist $\tilde{\text{e}}$ rio P $\tilde{\text{A}}$ blico em seu parecer, os documentos indispens $\tilde{\text{A}}$ veis $\tilde{\text{A}}$ propositura da a $\tilde{\text{A}}$ o s $\tilde{\text{A}}$ o, de fato, afer $\tilde{\text{A}}$ -veis no caso concreto e tem rela $\tilde{\text{A}}$ o com a natureza e objeto da demanda proposta em ju $\tilde{\text{A}}$ -zo, devendo portanto serem analisados caso a caso, no entanto n $\tilde{\text{A}}$ o devem ser confundidos com os documentos indispens $\tilde{\text{A}}$ veis $\tilde{\text{A}}$ vit $\tilde{\text{A}}$ ria do autor, que s $\tilde{\text{A}}$ o os documentos $\tilde{\text{A}}$ teis ao acolhimento de sua pretens $\tilde{\text{A}}$ o, mas a sua aus $\tilde{\text{e}}$ ncia n $\tilde{\text{A}}$ o impede a continuidade da demanda e nem tampouco leva a extin $\tilde{\text{A}}$ o da demanda. (grifo nosso).

Assim este incidente traz $\tilde{\text{A}}$ baila discuss $\tilde{\text{A}}$ o, no sentido de que as peti $\tilde{\text{A}}$ mes iniciais de processos, com mat $\tilde{\text{e}}$ rias id $\tilde{\text{e}}$ nticas, seriam ou n $\tilde{\text{A}}$ o considerados documentos indispens $\tilde{\text{A}}$ veis $\tilde{\text{A}}$ propositura da a $\tilde{\text{A}}$ o para a sua reuni $\tilde{\text{A}}$ o e decis $\tilde{\text{A}}$ o conjunta.

N $\tilde{\text{A}}$ o se olvide, outrossim, que a reuni $\tilde{\text{A}}$ o de a $\tilde{\text{A}}$ mes propostas em separado deve ser analisada caso a caso, pois se trata de faculdade atribu $\tilde{\text{A}}$ -da ao julgador, a quem cabe analisar o real risco de decis $\tilde{\text{A}}$ es conflitantes, sendo certo que, mesmo reconhecida a exist $\tilde{\text{e}}$ ncia de conex $\tilde{\text{A}}$ o, n $\tilde{\text{A}}$ o h $\tilde{\text{A}}$ obrigatoriedade de julgamento conjunto.

Dessa forma n $\tilde{\text{A}}$ o h $\tilde{\text{A}}$ obrigatoriedade de decis $\tilde{\text{A}}$ o conjunta, notando o juiz que a solu $\tilde{\text{A}}$ o de uma demanda n $\tilde{\text{A}}$ o influenciar $\tilde{\text{A}}$ a decis $\tilde{\text{A}}$ o da outra, n $\tilde{\text{A}}$ o existindo qualquer nulidade em decidi-las em momentos distintos.

Nesse contexto n $\tilde{\text{A}}$ o se pode deixar de observar que a discuss $\tilde{\text{A}}$ o se trata de direito individual dispon $\tilde{\text{A}}$ -vel sendo que o demandante poder $\tilde{\text{A}}$ exercer seu direito de a $\tilde{\text{A}}$ o conjuntamente ou

individualmente.

Nesse aspecto as petições iniciais de ações idênticas não devem ser consideradas documentos indispensáveis à propositura da ação a configurar litispendência.

O Banco Bradesco S/A, na petição de ordem 57, ao impugnar o parecer do Ministério Público, ratificou o posicionamento no sentido de confirmar a legalidade das decisões que, fundamentadas na existência de indícios de fraude e na probabilidade de verificação de litispendência ou coisa julgada, determinam a intimação da parte autora para a apresentação de documentos imprescindíveis à verificação de tais aspectos e a comprovação da regularidade do processo, sob pena de indeferimento da petição inicial, considerando o (i) cenário de litigância predatória, (ii) a interpretação sistemática dos dispositivos do CPC, sempre à luz da Constituição, e (iii) as recomendações do Numoped.

Vale aqui abrir um parêntese a respeito, porque não se está aqui, de forma alguma, tecendo qualquer crítica legítima consternação e nem às convicções do operoso magistrado em atuação perante o 1.º Grau de Jurisdição, certamente imbuído de elevado espírito de justiça e de preocupação com a otimização da função judicante.

Nada obstante, qualquer restrição ao direito de acesso à Jurisdição deve ser vista com cautela, impondo-se cum grano salis (com um pé atrás) somente as medidas restritivas que sejam estritamente necessárias e suficientes à prestação jurisdicional ativa, segundo as diretrizes dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

No que concerne aos documentos indispensáveis à propositura da ação o Tribunal de Justiça tem-se manifestado:

EMENTA: APELAÇÃO CÂVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - DESERÇÃO E INOVAÇÃO RECURSAL - PRELIMINARES REJEITADAS - INDEFERIMENTO DA INICIAL - IMPOSSIBILIDADE - REQUISITOS PRESENTES - RELAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA - NEGATIVAÇÃO DE NOME - EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. O deferimento da justiça gratuita impede o reconhecimento da deserção. Não há falar em inovação recursal, quando há ataque de decisão judicial por recurso próprio. Houve a juntada de todos os documentos indispensáveis à propositura da ação, não sendo razoável a extinção do feito, tendo em vista a existência de outras ações com indícios de fraude. Diante do conjunto probatório dos autos, demonstrado o dano do requerente, a restrição lançada junto aos registros de proteção ao crédito constitui exercício regular de direito, o que é reconhecido inclusive pelo Código de Defesa do Consumidor. (TJMG - Apelação Cível 1.0707.15.027502-2/001, Relator(a): Des.(a) Rogério Medeiros, 13ª CÂMARA CÂVEL, julgamento em 20/09/2018, publicação da sãmula em 28/09/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÂVEL - PROCEDIMENTO COMUM - REVOGAÇÃO JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - ARTIGO 485 - REQUISITOS LEGAIS - LITIGÂNCIA DE MÃ-FÃ. 1- Não havendo fundadas razões para revogação, os benefícios da justiça gratuita devem ser mantidos. 2- Não cabe ao juiz estabelecer requisitos para a petição inicial além dos previstos na lei processual civil. 3- O uso dos recursos previstos no ordenamento jurídico, bem como da argumentação que a parte entenda como suficiente a embasar sua pretensão, não caracteriza litigância de má-fé. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.18.087518-9/001, Relator(a): Des.(a) José Flávio de Almeida, 12ª CÂMARA CÂVEL, julgamento em 26/09/2018, publicação da sãmula em 27/09/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÂVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS - JUSTIÇA GRATUITA - INDEFERIMENTO - IMPUGNAÇÃO RECURSAL - INEXIGIBILIDADE DO PREPARO - PESSOA NATURAL - NECESSIDADE DO BENEFÍCIO - PETIÇÃO INICIAL - EMENDA - CAUSAS ENVOLVENDO AS MESMAS PARTES - DETERMINAÇÃO DE JUNTADA DE CÂPIAS DAS PEÇAS VESTIBULARES - VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CONEXÃO, LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA - DILIGÊNCIA NÃO PREVISTA EM LEI - EXTINÇÃO INDEVIDA DO PROCESSO. - Constituindo um dos objetos da Apelação o deferimento da gratuidade da justiça, que foi afastado na Sentença, é inexigível o preparo recursal, nos termos do art. 101, §1º, do Código de Processo Civil. - Conforme o art. 99, §3º, do Código de Processo Civil, para o fim de concessão do benefício presume-se verdadeira a alegação de insuficiência de recursos deduzida por pessoa natural. - As câpias de pedidos iniciais de outras causas, nas quais figuram os mesmos litigantes, não constituem documentos essenciais à propositura de ação e ao seu processamento, tendo em vista a regra que se contém no art. 337, do Código de Processo Civil, ao

estabelecer para a parte Requerida, a tã-tulo de defesa processual (indireta), a arguiã-ção da existãncia de conexã-o, litispendãncia e coisa julgada. - ã descabido o indeferimento da peãsa vestibular, quando formulada e instruã-da segundo os requisitos previstos nos arts. 319 e 320, do Cã-digo de Processo Civil. (TJMG - Apelaã-ção Cã-vel 1.0000.18.060794-7/001, Relator(a): Des.(a) Roberto Vasconcellos , 17ã CãMARA CãVEL, julgamento em 20/09/2018, publicaã-ção da sã-mula em 21/09/2018)

Entendimento da 17ã Cãmara:

EMENTA: APELAã-ção CãVEL - Aã-ção ORDINãRIA - JUSTIãA GRATUITA - PESSOA FãSICA - BENEFãCIO CONCEDIDO - REVOGAã-ção DE OFãCIO - NãO JUSTIFICADA - IMPOSSIBILIDADE - DETERMINAã-ção DE JUNTADA DE CãPIAS DE INICIAIS DE PROCESSOS ENVOLVENDO AS MESMAS PARTES - AUSãNCIA DE PREVISãO LEGAL - INDEFERIMENTO DA INICIAL - IMPOSSIBILIDADE. A justiãsa gratuita tem como premissa ãnica a hipossuficiãncia, podendo ser revogada somente se houver alteraã-ção nos autos da condiã-ção financeira da parte, o que nã-o ocorreu nesta seara. Nã-o hã- previsã-o legal a respaldar a determinaã-ção de juntada de cãpias de iniciais de processos envolvendo as mesmas partes, nã-o se tratando de documento essencial ã propositura da aã-ção. Assim, se estã-o presentes todos os requisitos legalmente previstos nos artigos 319 e 320, do CPC/2015, a cassaã-ção da sentenãsa que indeferiu a inicial ã medida que se impã-me. (TJMG - Apelaã-ção Cã-vel 1.0707.15.027925-5/001, Relator(a): Des.(a) Luciano Pinto , 17ã CãMARA CãVEL, julgamento em 30/08/2018, publicaã-ção da sã-mula em 11/09/2018)

Entendimento da 16ã Cãmara Cã-vel:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. LEGISLAã-ção ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIãA. ANãLISE DOS PRESSUPOSTOS. DECLARAã-ção DE HIPOSSUFICIãNCIA. PRESUNã-ção RELATIVA DE VERACIDADE. DETERMINAã-ção DE EMENDA ã PETIã-ção INICIAL PARA JUNTADA DE CãPIAS DAS INICIAIS DE Aã-ES AJUIZADAS. DOCUMENTOS NãO ESSENCIAIS ã PROPOSITURA DA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE. 1. A Constituiã-ção Federal garante o acesso de todos ã jurisdicã-ção, devendo a concessã-o da gratuidade da justiãsa ser vista de forma a nã-o tolher esse acesso, ressalvados os casos de desnecessidade evidente, podendo o benefã-cio vir a ser revogado a qualquer tempo, provados a inexistãncia ou o desaparecimento dos requisitos legais. 2. O pressuposto basilar do deferimento do benefã-cio continua sendo a insuficiãncia de recursos para o pagamento de custas, despesas processuais e honorãrios advocatã-cios. Referida hipossuficiãncia pode ser presumida ã partir da declaraã-ção prãpria feita exclusivamente por pessoa natural; trata-se evidentemente de presunã-ção relativa que pode ser derruã-da ã vista dos elementos apresentados, hipã-tese em que o magistrado, reputando-os ausentes, deverã- intimar a parte para corroborar a presunã-ção atravã-s de elementos probatãrios, para tã-o somente deferir ou indeferir efetivamente o pedido. 3. Hipã-tese em que a parte interessada qualificou-se como desempregado e demonstrou movimentaã-ção bancãria de pedidos recursos, fazendo jus a princã-pio ã isenã-ção legal. 4. As cãpias de outras petiã-ções iniciais das demandas ajuizadas pela parte nã-o se amoldam ã figura da documentaã-ção indispensãvel ã propositura da aã-ção (artigo 320 do CPC), mas quando muito destinado ã facilitaã-ção da investigaã-ção de possã-vel conexã-o, litispendãncia ou coisa julgada, nã-o se afigurando legítimo o indeferimento da peãsa pelo sã-fato da falta de tais expedientes. V.V. Se o autor nã-o cumprir a diligãncia, o juiz indeferirã- a petiã-ção inicial. (TJMG - Apelaã-ção Cã-vel 1.0000.18.018456-6/001, Relator(a): Des.(a) Otãvio Portes , 16ã CãMARA CãVEL, julgamento em 29/08/2018, publicaã-ção da sã-mula em 31/08/2018)

Assim deve prevalecer a tese de que as petiã-ções iniciais de aã-ções idãnticas nã-o devem ser consideradas como documentos indispensãveis ã propositura da aã-ção e nem configurar litispendãncia.

Portanto a adoã-ção da tese contrãria geraria uma instabilidade jurã-dica que contraria os preceitos deste incidente, que visa tutelar a seguranãsa e a estabilidade das decisã-es precedentes.

DISPOSITIVO

DA FIXAã-ção DA TESE

Feitas tais consideraã-ções e visando preservar a seguranãsa jurã-dica e a isonomia das partes, voto no sentido de fixar a seguinte tese:

O juiz nã-o pode determinar a juntada de petiã-ções iniciais idãnticas para fins de aferiã-ção de



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

litispendência, quando a ação dispôr acerca de direito individual disponível, sendo que a formação de litisconsórcio é facultativa.

DESA. JULIANA CAMPOS HORTA

<Acompanho o ilustre relator na tese fixada, notadamente pelo que rege os artigos 319 e 320 do CPC, porquanto, a nosso ver, não se tratando de situação de patente teratologia, a interpretação a ser dada para o que se chama de documentos indispensáveis à propositura da ação deve se limitar "aqueles que dizem respeito às condições da ação ou a pressupostos processuais, bem como os que se vinculam diretamente ao próprio objeto da demanda." (STJ, 4ª Turma, REsp 1.262.132/SP, rel. Min. Luiz Felipe Salomão, j. 18/11/2014, DJe 03/02/2015)>

DES. CLARET DE MORAES - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. OCTÁVIO DE ALMEIDA NEVES - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. FABIANO RUBINGER DE QUEIROZ - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. FERNANDO CALDEIRA BRANT - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. MARCELO RODRIGUES - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. AMORIM SIQUEIRA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. JOÃO CÂNCIO - De acordo com o(a) Relator(a).

DESA. APARECIDA GROSSI

Releva assinalar, inicialmente, que o art. 320 do CPC prevê a necessidade de a petição inicial ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

Por sua vez, o art. 321 do Diploma Processual sobredito estabelece o seguinte:

Art. 321 - O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinar que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.

Acerca do conceito de "documento indispensável à propositura da ação", Daniel Amorim Assumpção Neves esclarece o seguinte:

Documentos indispensáveis à propositura da demanda são aqueles cuja ausência impede o julgamento de mérito da demanda, não se confundindo com documentos indispensáveis à vitória do autor, ou seja, ao julgamento de procedência de seu pedido. (...) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, são indispensáveis à propositura da ação os documentos que dizem respeito às condições da ação ou a pressupostos processuais, bem como os que se vinculam diretamente ao próprio objeto da demanda (STJ, 4ª Turma, REsp 1.262.132/SP, rel. Min. Luiz Felipe Salomão, j. 18/11/2014, DJe 03/02/2015) (aut. cit. Novo Código de Processo Civil comentado artigo por artigo. São Paulo: JusPodivm, 2016, p. 540.)

Outrossim, Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero, ao discorrerem sobre o art. 320 do CPC, elucidam:

1. Indispensáveis. Os documentos indispensáveis à propositura da ação são os documentos substanciais e dos documentos fundamentais. Os documentos substanciais são aqueles que o direito material entende da substância do ato (art. 406, CPC); os fundamentais, aqueles que dizem com a prova das alegações da causa de pedir (STJ, 4ª Turma, REsp 114.052/PB, rel. Min. Sílvio de Figueiredo Teixeira, j. 15.10.1998, p. 243). Além desses, a procuração outorgada ao advogado da parte constitui documento indispensável à propositura da ação (art. 104, CPC) (...) (aut. cit. Código de Processo Civil comentado. São Paulo: revista dos Tribunais, 2015, p. 341)

Entretanto, o art. 320 do CPC exige que a parte instrua a inicial com todos os documentos indispensáveis à perfeita desenvoltura da lide, vale dizer, os documentos relacionados com o fato e com os fundamentos jurídicos do pedido, ou com as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

Outrossim, insta ressaltar que os requisitos exigidos nos arts. 319 e 320 do Código de Processo Civil



Tribunal de Justiça de Minas Gerais

devem ser interpretados restritivamente, razão pela qual não podem ser ampliados, sobretudo em prejuízo da parte, sob o argumento, como ocorre "in casu", da excessiva distribuição de processos, com indícios de fraude, ajuizados por terceiros.

Seguindo essa linha de raciocínio, a ilação que se extrai no sentido de que inexistente previsão legal que determine à parte autora a juntada de cópias de iniciais de processos envolvendo as mesmas partes, não se tratando de documento essencial à propositura da ação.

Com estas considerações, acompanho o voto proferido pelo ilustre Desembargador Relator (Dr. Newton Teixeira Carvalho), para admitir a tese no sentido de que "O JUIZ NÃO PODE DETERMINAR A JUNTADA DE PETIÇÕES INICIAIS IDÊNTICAS, PARA FINS DE AFERIÇÃO DE LITISPENDÊNCIA, QUANDO A AÇÃO DISPOR ACERCA DE DIREITO INDIVIDUAL DISPONÍVEL, SENDO QUE A FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO É FACULTATIVA."

Assim como voto.

DES. RINALDO KENNEDY SILVA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. JOSÉ FLÁVIO DE ALMEIDA

DES. JOSÉ FLÁVIO DE ALMEIDA - PRESIDENTE

Não havendo empate no resultado deste julgamento, abstenho-me de votar.

SÂMULA: "TESE FIXADA"